



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*1. Informações;*

*2. Discussão e votação do Parecer da PPL n.º 163/XIII/4.ª ALRAM, sobre a «Décima oitava alteração ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro» - Autor: Deputado José Luis Ferreira;*

*3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 519/XIII/3.ª - «Por um serviço de drug-checking em Portugal» - Relatora: Deputada Elza Pais;*

*4. Outros assuntos.*

*10:30 Audição da Presidente do Conselho Diretivo da ADSE, Sofia Portela, a requerimento do CDS-PP, BE e PSD, sobre a situação atual da ADSE;*

*11:30 Audição do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, João Proença, a requerimento do BE e do PSD, sobre a situação atual da ADSE.*

#### 1. Informações

O Presidente informou ter baixado à Comissão de Saúde, na especialidade, o PJI n.º 995/XIII/4.ª (iniciativa dos cidadãos), pelo que será necessário criar um Grupo de Trabalho (GT), a coordenar, de acordo com a grelha de distribuição, pelo PSD. Solicitou a todos os Grupos Parlamentares que indicassem os Deputados que o irão integrar. Anunciou que o requerimento do PSD, que deu entrada na segunda-feira, a solicitar a audição da Ministra da Saúde, sobre a situação do Hospital de Leiria, será discutido na próxima reunião.

O Deputado António Sales fez um requerimento oral a solicitar a audição do Conselho de Administração (CA) do Hospital de Leiria, sobre o mesmo assunto, que será igualmente discutido na próxima reunião.

O Presidente deu conta da agenda da Comissão até ao final de março, que foi discutida e consensualizada na reunião de Mesa e Coordenadores que teve lugar antes de se iniciar a reunião da Comissão. Assim, face às dificuldades de agenda



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL

devido às reuniões dos múltiplos Grupos de Trabalho em funcionamento (foi hoje criado o 13.º GT em atividade), realizar-se-á uma reunião a 15 de março, sexta-feira, para as seguintes audições: da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, requerida pelo BE, que manifestou indisponibilidade para os dias 6, 13 e 20 de março; do CA do Hospital de Leiria, requerida pelo PS, sobre a situação deste Hospital; da Ministra da Saúde, para responder aos requerimentos do BE e PSD, sobre a questão da ADSE, numa primeira audição, e para responder ao requerimento do PSD, sobre a questão do Hospital de Leiria, numa segunda audição. Todas as audições terão uma grelha de tempos de 60 minutos, com duas rondas.

2. Discussão e votação do Parecer, da PPL n.º 163/XIII/4.ª ALRAM, sobre a «Décima oitava alteração ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro» - Autor: Deputado José Luis Ferreira

O Deputado José Luís Ferreira apresentou o Parecer sobre a PPL n.º 163/XIII ALRAM, dando conta do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, remetendo para a Nota Técnica no tocante ao enquadramento legal e doutrinário, antecedentes e direito comparado, referindo não se suscitarem questões em termos de impacto e concluindo com o entendimento de que a iniciativa reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em plenário.

A Deputada Sara Madruga da Costa agradeceu a clareza do Parecer, realçando a importância da aprovação desta iniciativa, pois as necessidades que presidiram à criação deste regime de mobilidade no continente, são as mesmas que justificam que tal aconteça na Madeira, aumentando a sua premência pela insularidade.

O Deputado Luís Vilhena cumprimentou o autor do Parecer, dizendo que a mobilidade proposta lhe parece positiva, havendo necessidade de avaliar o impacto orçamental da medida.

Os Deputados Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz também saudaram o autor pelo Parecer objetivo e factual, anunciando que o votarão favoravelmente.

O Deputado José Luís Ferreira agradeceu as palavras e acrescentou que o impacto orçamental só terá que ver com ajudas de custo e que está acautelado o cumprimento da lei travão.

O Parecer foi aprovado por unanimidade.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL

#### 3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 519/XIII/3.ª - «Por um serviço de drug-checking em Portugal» - Relatora: Deputada Elza Pais

Por solicitação do PS, este ponto foi adiado para a próxima reunião.

#### 10:30 Audição da Presidente do Conselho Diretivo da ADSE, Sofia Portela, a requerimento do CDS-PP, BE e PSD, sobre a situação atual da ADSE

O Presidente cumprimentou a Presidente do Conselho Diretivo (CD) da ADSE, Sofia Portela, que se fez acompanhar pela vogal do CD, Maria Eugénia Pires, dando de seguida a palavra aos Deputados Ana Rita Bessa, para apresentação do requerimento do CDS-PP, Moisés Ferreira, para apresentação do requerimento do BE, e Miguel Santos, para apresentação do requerimento do PSD.

A Deputada Eurídice Pereira manifestou o entendimento de que a proteção da ADSE também passa por não ser aceite faturação excessiva, considerando que a palavra-chave é a negociação e colocando questões sobre o processo negocial em curso.

A Deputada Carla Cruz disse entender que os grandes grupos económicos estão a fazer chantagem com o Estado, colocando questões, nomeadamente, sobre a variabilidade de preços para o mesmo medicamento, os códigos abertos e o alargamento a outros prestadores de serviços.

A Presidente do CD da ADSE respondeu às questões colocadas, fazendo uma resenha histórica sobre a ADSE e enfatizando a importância do diálogo neste processo.

Na 2.ª ronda, para fazer comentários e pedidos de esclarecimento adicionais, usaram da palavra os Deputados Miguel Santos, Sara Madruga da Costa, Eurídice Pereira, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz, esclarecimentos prestados por Sofia Portela.

O Presidente agradeceu a disponibilidade da Presidente do CD da ADSE, bem como as informações prestadas, podendo o áudio/vídeo desta audição ser acedido neste [link](#).

#### 11:30 Audição do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, João Proença, a requerimento do BE e do PSD, sobre a situação atual da ADSE



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL

O Presidente saudou o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da ADSE, João Proença, que veio acompanhado por outros membros do Conselho, António Betâmio de Almeida, Francisco Braz e José Abraão.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, questionando o Presidente do CGS sobre as regras que seriam necessárias para impedir o excesso de prescrição e a sobrefaturação à ADSE, tendo em vista que o dinheiro dos contribuintes tem de ser bem gerido.

O Deputado Miguel Santos apresentou o requerimento do PSD, realçando que a ADSE se tem que entender com os prestadores e os convencionados e que o alargamento dos beneficiários importa à sustentabilidade do sistema.

A Deputada Eurídice Pereira referiu ser importante proteger a ADSE, o que passa por verificar a faturação excessiva, considerando que a ADSE e os prestadores estão condenados a entender-se. Perguntou que leitura faz o CGS do sistema que vigora e como é encontrado o preço justo.

A Deputada Ana Rita Bessa questionou o CGS sobre se defende a aproximação da ADSE a um sistema como o das seguradoras e formulou perguntas sobre o estudo do alargamento dos beneficiários.

A Deputada Carla Cruz perguntou que avaliação faz o CGS do processo de negociação com os privados, em curso, quantos alargamentos a prestadores tiveram lugar e quando, acrescentando que sabe existir um estudo sobre o alargamento a trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho.

O Presidente do CGS da ADSE respondeu às perguntas formuladas, enquadrando a questão geral e definindo o papel do CGS da ADSE. Deu conta dos antecedentes históricos na relação com os prestadores privados, acentuando a necessidade de negociação, de melhoria dos instrumentos de gestão, da validação dos critérios para adoção do preço justo e da necessidade de proceder ao alargamento dos beneficiários.

Os vogais do CGS presentes complementaram as informações e explicações dadas pelo Presidente.

Na 2.ª ronda usaram da palavra, para comentários e pedidos de esclarecimento adicionais, os Deputados Miguel Santos, Eurídice Pereira, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa e Carla Cruz, a que o Presidente do CGS da ADES respondeu.



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL**

O Presidente agradeceu a presença e as informações prestadas nesta audição, que foi objeto de gravação audio/vídeo que poderá ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 fevereiro 2019.

**O PRESIDENTE**

  
**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 155/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Teresa Caeiro  
Ana Oliveira  
Joana Lima  
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Graça  
Luís Soares  
Ricardo Baptista Leite

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Catarina Marcelino